Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



DECRETO Nº 3.676 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, na forma que indica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

- Art. 1º Fica aprovado o **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**, conforme votação em Assembléia Extraordinária do **Conselho Municipal de Habitação CMH**, ocorrida em 18 de julho de 2013, cuja Ata segue publicada no Anexo I deste Decreto.
- Art. 2º Fica aprovado o **Regimento Interno** do **Conselho Municipal de Habitação - CMH**, conforme votação em Assembléia Extraordinária do CMH, ocorrida em 18 de julho de 2013, cujo teor segue publicado no Anexo II deste Decreto.
- Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro de Freitas, 24 de setembro de 2013.

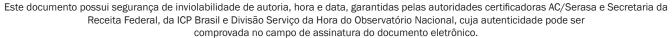
MÁRCIO ARAPONGA PAIVA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Márcio Rodrigo Almeida de Souza Leão

Secretário Municipal de Governo











ANEXOS DO DECRETO Nº 3.676 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

I – Ata da Assembléia Extraordinária do CMH que aprovou o Regimento Interno e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

II – Regimento Interno do CMH







Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



ANEXO I - DECRETO Nº 3.676 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Ata da Assembléia Extraordinária do CMH

Evento: 3ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CMH)

Local: Auditório da Câmara Municipal - Centro

Data e horário: 18/07/2013, às 14h00

Presentes: 23 pessoas - Vide cópia da lista de presença em anexo.

- Atingido o quórum mínimo previsto na Lei para a instalação das reuniões (1/3 dos membros), foram abertos os trabalhos pela Secretária Municipal de Planejamento e Gestão Urbana, Eliana Marback, que saudou os presentes. Em seguida, Vanessa Ribeiro (SEPLAN)procedeu à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que foram aprovadas e assinadas pelos que se fizeram presentes nas duas ocasiões - 19/06 e 10/07/2013. A partir de proposta do Vereador Lula Maciel, referente à sequência dos trabalhos, a Secretária Eliana Marback, em nome do Poder Executivo Municipal, deu posse a todos os Conselheiros presentes (titulares e suplentes), que assinaram seus respectivos Termos de Posse para um mandato de dois anos a partir da publicação no Diário Oficial do Município.
- 2. Concluída a posse dos conselheiros, foi feita a leitura pelo Vereador Lula Maciel do texto proposto pela equipe da SEPLAN/PMLF para o Regimento Interno do CMH. Feita a leitura integral do texto proposto, foram discutidos os destaques feitos pelo próprio vereador, bem como por Santinho/CMP e por Giesi Nascimento Filho/CREA e alguns pontos foram mais amplamente discutidos, tais como as competências da Diretoria Executiva do CMH e a gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social na prática. Santinho/CMP sugeriu que, quando for criado o Conselho da Cidade, seja criado na mesma lei o Conselho Gestor do FMHIS, que não necessariamente será composto pelos mesmos membros do referido Conselho, pois ele considera "inviável fazer a gestão do FMHIS com muita gente". Ele ressaltou ainda a grande responsabilidade inerente a essa gestão financeira. O Vereador Lula Maciel solicitou que constasse em ata que o CMH ora delibera pela criação de um Conselho Gestor do FMHIS, nos moldes da Lei Federal 11.124/05. Ao fim da ampla discussão dos destaques, foi aprovado unanimemente o Regimento Interno do CMH pelos presentes.
- Passou-se à eleição da Diretoria Executiva. Lula Maciel sugeriu que fosse contemplada a paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil entre os membros da Diretoria e Santinho propôs a seguinte chapa: Presidente – Eliana Marback/SEPLAN; Vice-presidente - Agnaldo de Souza, o Santinho/CMP; Secretário-geral - Leandro Santana/PROJUR; Tesoureiro - Marlos Coelho/Caixa. Foi feito um intervalo de dez









Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



minutos, a pedido da CMP, para que os segmentos representados se reunissem para avaliar se haveria outras composições a propor, mas após o intervalo a chapa permaneceu única e, posta à votação, foi aprovada por 12 (doze) votos a zero, tendo sido registrada uma abstenção. Havia 13 (treze) conselheiros àquela altura da reunião. Imediatamente, foi empossada a nova Diretoria Executiva, tendo seus membros assinado o Termo de Posse. A Diretoria Executiva do CMH é, portanto, composta pelos seguintes conselheiros:

- Presidente: Eliana Chaves Marback, brasileira, solteira, analista de sistemas, portadora do RG 1.999.999-29, CPF 285.873.405-49, domiciliada no Condomínio Parque Encontro das Águas, quadra E, lote 20, Portão, neste Município;
- 3.2 Vice-presidente: Agnaldo Evangelista de Souza, brasileiro, solteiro, microempresário, portador do RG 4.979.011-02, CPF 527.663.495-53, domiciliado à Rua Dejanira Maria Bastos, nº 02, bloco 08, apto. 402, Vida Nova, neste Município;
- Secretário-geral: Leandro Andrade Reis Santana, brasileiro, casado, bacharel 3.3 em Direito, portador da cédula de identidade 20.391- OAB/Ba, CPF 791.216.405-72, domiciliado no Condomínio Parque Stella Maris, Rua G, quadra N, casa 12, Stella Maris, Salvador, Bahia;
- Tesoureiro: Marlos Ramos Coelho, brasileiro, casado, bancário, portador do RG 08.546.227-64, CPF 939.093.495-87, domiciliado à Rua Martins de Oliveira, 603, casa 06, Pitangueiras, neste Município.
- A Presidente eleita do CMH, Eliana Marback, conduziu os presentes para o próximo ponto de pauta: a aprovação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o que se deu por aclamação, ou seja, 13 (treze) votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.
- Como nada mais houvesse a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e eu, Vanessa Ribeiro dos Santos, que servi de secretária da reunião, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada por todos os membros presentes.

Em 18 de julho de 2013.

Vanessa Ribeiro dos Santos Arquiteta – SEPLAN/PMLF – Matrícula 47.978







Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



ANEXO II - DECRETO Nº 3.676 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Regimento Interno do CMH

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° – O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Lauro de Freitas, criado pela Lei Municipal nº 1.292 de 26 de março de 2008.

Parágrafo Único - Nos casos de dúbia interpretação, prevalecerá a Lei.

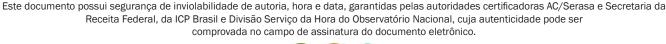
CAPÍTULO II

DA NATUREZA, OBJETIVOS BÁSICOS E COMPOSIÇÃO

Art. 2º – O Conselho Municipal de Habitação - CMH é órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo e tem por objetivos básicos a gestão e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, atuação na elaboração e implantação de programas em prol da habitação, saneamento básico e urbanismo, assegurando a participação da comunidade em todas as etapas.

Parágrafo Único – O CMH de Lauro de Freitas integra o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cujo órgão central é o Ministério das Cidades, nos termos da Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005, Art. 5°, inciso V.

- Art. 3° O CMH de Lauro de Freitas será composto por 16 (dezesseis) membros titulares e 16 (dezesseis) membros suplentes, sendo 50% representantes do Poder Público e 50% da Sociedade Civil, nos termos do Art. 2° da Lei Municipal n° 1.292 de 26 de março de 2008.
- §1º A cada conselheiro corresponderá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, o qual terá direito a voz em todas as reuniões do Conselho, cabendo o voto apenas ao titular, não sendo permitido o voto por procuração.
- §2º Caberá ao conselheiro suplente substituir o titular em sua ausência, situação em que passa a ter direito a voto.
- § 3° Os membros do CMH serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Lauro de Freitas, através de Decreto, mediante indicação dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.









Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



- § 4º As indicações dos membros que irão compor o CMH nas vagas destinadas à Sociedade Civil deverão ser precedidas de articulação em cada segmento representativo, devendo os nomes ser encaminhados à Presidência do Conselho através de documento oficial.
- § 5º Os Conselheiros designados deverão assinar o respectivo Termo de Posse, o que deverá ocorrer na primeira Reunião Ordinária do Conselho realizada após a publicação da nomeação no Diário Oficial do Município.
- § 6º No caso de substituição de Conselheiro, o prazo para a indicação de novo membro será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do conhecimento formal dos fatos que ensejaram a sua substituição, devendo o Conselheiro substituto completar o mandato do seu antecessor no tempo que lhe restar.
- § 7º Perderá o mandato o conselheiro que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa, sem o comparecimento do respectivo suplente ou quando o segmento por ele representado considerar que o desempenho do cargo não está representando seus interesses.
- I Em qualquer destes casos, os segmentos que compõem o CMH deverão obrigatoriamente substituir seus representantes.
- § 8º O prazo para apresentar justificativa de ausência é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato, devendo ser apresentada por escrito ao presidente do Conselho.
- Art. 4º Por decisão de dois terços de seus membros Titulares, o Conselho poderá solicitar a substituição de qualquer um de seus conselheiros à entidade que o designou, caso o mesmo esteja desempenhando de maneira inadequada suas funções, comprometendo o bom funcionamento do CMH.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

- Art. 5° A Diretoria Executiva do CMH será composta por Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário (a) Geral e um Tesoureiro (a).
- § 1º Os membros do CMH que comporão esta Diretoria serão eleitos pelos conselheiros titulares e, na ausência destes, seus respectivos suplentes, que passam a ter direito a voto, conforme disposto no §2º do Art. 3º deste Regimento.
- § 2º A Diretoria Executiva será eleita por maioria simples, entre os membros titulares do Conselho, com mandato de dois anos, podendo haver reeleição uma única vez para cada cargo.
- § 3º Findado seu segundo mandato em um mesmo cargo integrante da Diretoria Executiva, o Conselheiro poderá vir a ser eleito para o mesmo cargo ou posto distinto em novo mandato, desde que transcorrido prazo mínimo de um ano.







Este documento possui segurança de inviolabilidade de autoria, hora e data, garantidas pelas autoridades certificadoras AC/Serasa e Secretaria da

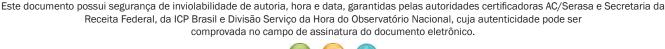


Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 6° Compete à Diretoria Executiva:
- I Zelar pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos na legislação pertinente ao Conselho e ao FMHIS.
- II Coordenar as ações concernentes à gestão do FMHIS.
- III Nos termos do Parágrafo Único do Art. 12 da Lei 1.292 de 26 de março de 2008, encaminhar à Contabilidade Geral do Município:
- a. Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
- b. Trimestralmente, os inventários de bens materiais e de serviços;
- c. Anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do FMHIS.
- Art. 7° Compete ao Presidente:
- I Representar legalmente o CMH;
- II Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMH e da Diretoria Executiva do mesmo:
- III Fazer publicar no Diário Oficial do Município a composição do CMH;
- IV Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- V Dirigir e coordenar as atividades do CMH, determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho;
- VI Promover ou praticar atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMH;
- VII Emitir voto de desempate;
- VIII Requisitar aos entes que participam da administração do Fundo Municipal de Habitação, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação das atividades a serviço do Fundo;
- IX Solicitar estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do CMH, a qualquer tempo e a seu critério.
- Art. 8° Compete ao Vice-Presidente:
- I Substituir o Presidente em seus impedimentos temporários ou definitivos;





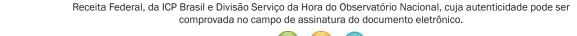




Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



- II Assessorar o Presidente no desempenho de suas funções.
- Art. 9° Compete ao Secretário Geral:
- I Encarregar-se da correspondência do CMH, conforme dispuser a Presidência do CMH;
- II Responsabilizar-se pela guarda da documentação do CMH, à exceção do quanto disposto no Art. 10 deste Regimento;
- III Lavrar as atas e fazer a leitura das mesmas;
- IV Acompanhar e manter o necessário controle dos termos de contrato e de convênios para execução de programas e projetos firmados com instituições governamentais e não governamentais.
- Art. 10 Compete ao Tesoureiro:
- I Organizar e manter toda a documentação e escrituração contábil do CMH e do FMHIS de forma clara, precisa e criteriosa, obedecendo à ordem lógica da execução orçamentária;
- II Conferir e conciliar os extratos das contas bancárias e controlar sua movimentação.
- Art. 11 Compete aos Conselheiros:
- I Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- III Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- IV Comparecer às reuniões nas datas, locais e horários pré-fixados;
- V Participar das comissões de trabalho, sempre que designados;
- VI Aprovar o Regimento Interno do CMH;
- VII Obedecer às normas regimentais;
- VIII Assinar as atas das reuniões do Conselho e listas de presença;
- IX- Apresentar retificações e impugnações às atas;
- X Eleger a Diretoria Executiva do CMH;
- XI Justificar seu voto, quando solicitado pela Presidência do CMH ou pela maioria simples dos Conselheiros Titulares ou seus legítimos substitutos.







Este documento possui segurança de inviolabilidade de autoria, hora e data, garantidas pelas autoridades certificadoras AC/Serasa e Secretaria da



Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

- Art. 12 As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMH deverão ser feitas com um mínimo de 07 (sete) dias de antecedência.
- Art. 13 Os membros titulares e suplentes do CMH deverão receber com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da reunião, a pauta desta e a ata da reunião anterior.
- Art. 14 As decisões do CMH serão consubstanciadas em Resoluções que deverão ser objeto de ampla e sistemática divulgação, tão logo sejam homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- Art. 15 A cada reunião do CMH deverá ser lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações que deverá ser aprovada pelos Conselheiros na reunião subsequente, assinada pelo Presidente e pelos membros presentes e posteriormente arquivada na Secretaria do Conselho.
- Art. 16 As reuniões do CMH serão públicas, sendo concedido à audiência o direito a voz, sempre que pertinente e desde que não perturbe o bom andamento dos trabalhos.
- Parágrafo Único Quando julgar pertinente, o Presidente do CMH poderá solicitar ao integrante da audiência que se retire, nos casos de comprometimento dos trabalhos, desrespeito à ordem ou ao decoro.
- Art. 17 Qualquer membro poderá apresentar pedido de vista da matéria do objeto de deliberação, em reunião do Conselho.
- Art. 18 O Presidente do CMH, inclusive em atenção à solicitação de membros, poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e/ou especialistas nos assuntos em discussão para prestar esclarecimentos e oferecer informações julgadas necessárias.
- Art. 19 Para o seu pleno funcionamento o Conselho poderá utilizar os serviços de infraestrutura das unidades administrativas do Poder Executivo.
- Art. 20 A sequência dos trabalhos das reuniões do CMH será a seguinte:
- I Verificação da presença e da existência de quórum para instalação da reunião, de, no mínimo, 1/3 dos membros titulares ou representados por seus respectivos suplentes, conforme a Lei 1.292/08;
- II Deliberação e assinatura da ata da reunião anterior e assinatura da lista de presença;
- III Leitura ou exposição das matérias pautadas para deliberação;







Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



- IV Discussão e votação das matérias, observando-se o quórum mínimo, estabelecido pela Lei 1.292/08, de metade dos membros titulares do Conselho;
- V Comunicação sobre assuntos gerais e encerramento.

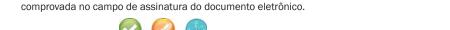
Parágrafo Único - A qualquer tempo, poderão os Conselheiros ou entidades convidadas solicitar ao Presidente do CMH o uso da palavra.

- Art. 21 Na eventualidade de não se esgotarem as matérias constantes na pauta e havendo concordância da maioria dos membros presentes, poderá o Presidente suspender a reunião e reiniciá-la no prazo máximo de quinze dias.
- Art. 22 É facultado a qualquer Conselheiro do CMH apresentar ou retirar suas propostas para efeito de deliberação do plenário
- § 1º A estrutura das propostas compreenderá o objeto da pretensão, justificativas ou razões do pleito, minuta de Resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e informações pertinentes à matéria.
- § 2º As propostas, devidamente assinadas pelo Conselheiro titular ou, em caso de impedimento, pelo seu respectivo suplente, deverão ser encaminhadas à Presidência do CMH até dez dias antes da data da reunião ordinária, para que possam constar na pauta.
- § 3º Excepcionalmente, o Presidente poderá permitir a inclusão extemporânea de propostas pelos Conselheiros, considerando a relevância e a urgência da matéria.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 23 O CMH deverá, anualmente, rever o Plano Municipal de Habitação, realizando reuniões de avaliação por setor de abrangência, cujas conclusões deverão ser consolidadas em uma reunião do Conselho, que atualizará a operacionalização do Plano Municipal de Habitação.
- Art. 24 Caberá ao Executivo prover a estrutura para adequado funcionamento do CMH.
- Art. 25 Caberá ao CMH divulgar no Diário Oficial do Município as decisões e análises das contas do FMHIS e pareceres emitidos.
- Art. 26 Para modificação da Lei de Criação do Conselho a proposta de alteração terá que ser aprovada pelo CMH, Câmara Municipal de Vereadores e homologada pelo Prefeito Municipal.









Terça-feira, 24 de Setembro de 2013 • Edição nº 1148



CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 27 O presente Regimento Interno poderá ser alterado pela maioria absoluta dos membros do CMH, desde que em consonância com a Lei Municipal nº 1.292/2008.
- Art. 28 Os casos omissos ou não previstos neste Regimento serão solucionados pelo CMH, em assembléia com um mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros.
- Art. 29 O presente Regimento entra em vigor a partir da data da sua aprovação pelo CMH, o qual deverá dar a devida publicidade, revogadas as disposições em contrário.

Lauro de Freitas, 18 de julho de 2013.



